



**FGV DIREITO SP**  
FGV LAW

# PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DIGITAL

1º SEMESTRE DE 2024

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
LATO SENSU (FGV LAW)**

## Apresentação

A **Pós-Graduação em Direito Digital** está alinhada ao cenário econômico contemporâneo de destacado papel para o conhecimento e a inovação tecnológica, marcado pelo empreendedorismo focado no uso das tecnologias em novos modelos de negócios.

Os desafios jurídicos apresentados aos(as) profissionais que manejam o Direito Digital são cotidianamente renovados. Debates atinentes aos aspectos regulatórios do uso da internet, a responsabilidade dos(as) provedores(as), usuários(as) e empresas, seus respectivos deveres e direitos, novos negócios e interoperabilidade nas relações negociais (ex. *open banking*, *open delivery* etc.), dentre outros temas, trazem diversos desafios e exigem do(a) profissional a constante atualização e aperfeiçoamento da sua prática do dia a dia.

Diante dessa realidade dinâmica, o curso pretende capacitar seus(suas) alunos(as) a compreenderem os elementos e as questões essenciais do Direito Digital, possibilitando sua atuação em casos concretos a partir de uma perspectiva ética e criativa.



### Público-alvo

Graduados(as) em Direito com experiência e/ou interesse nas áreas de tecnologia, proteção de dados, comércio eletrônico ou regulação da internet. Também serão admitidos profissionais que, não tendo bacharelado em Direito, mas em razão de sua experiência na área, estejam em condições de participar das discussões relevantes do curso.



### Metodologia

O FGV LAW enfatiza o uso de metodologias participativas de ensino, que colocam o(a) aluno(a) no centro do processo de aprendizagem. As disciplinas mesclarão aulas com exposição dialogada, discussão de casos, exercícios aplicados e simulação de situações concretas.



## Realização

**Carga horária:** 432 horas-aula

**Duração:** 3 semestres

**Data de início:** 20/03/2024

**Dias da semana:** quartas e quintas

**Horário:** Das 19h às 22h40

**Modalidade de oferta:** *Blended* (aulas presenciais e em ambiente virtual integralmente ao vivo, conforme estrutura do curso)

**Importante:** Se necessário, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu (FGV LAW), poderá alterar o calendário original do curso.

Reposições de aula (estipuladas pela Instituição), monitorias acadêmicas ou quaisquer outros eventos relacionados ao curso serão agendados preferencialmente de forma remota e às sextas-feiras, no horário noturno.

\*As aulas das disciplinas presenciais estão previstas para serem ministradas nas instalações da Fundação Getulio Vargas, em uma das unidades da FGV em São Paulo, SP. Esclarecemos, no entanto, que a depender da situação sanitária do país, há a possibilidade de o curso migrar temporariamente para o ambiente virtual, com aulas síncronas.

---

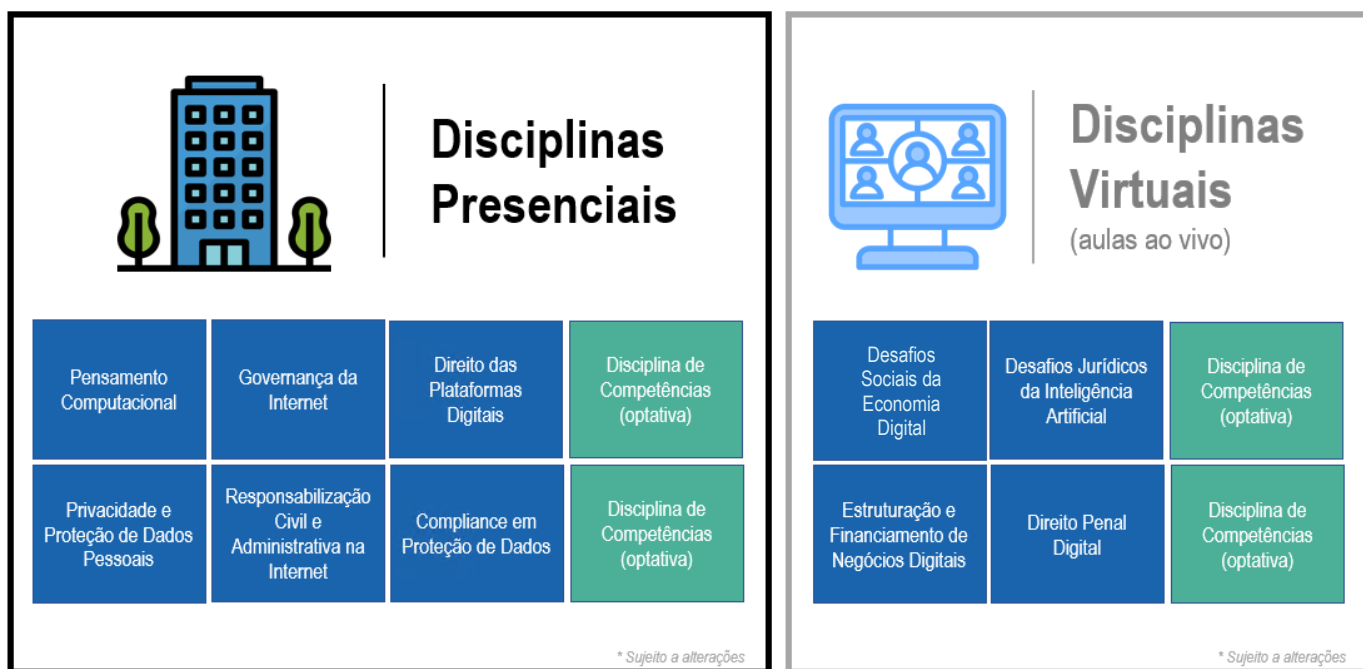
## Estrutura do Curso

Alinhado às necessidades do mercado, o curso é estruturado por um conjunto de disciplinas que, ao mesmo tempo, reforça o repertório técnico e estimula o desenvolvimento de competências que capacitam o(a) aluno(a) a identificar problemas e criar soluções estratégicas a partir de um enfoque interdisciplinar. O programa é composto por disciplinas obrigatórias específicas da área escolhida conjugadas com disciplinas optativas que visam ao aprimoramento das habilidades necessárias para o atual mercado de trabalho jurídico.

O curso é ofertado na modalidade *blended*, com aulas integralmente ao vivo. Durante dois semestres as aulas são ministradas presencialmente (previstas nas instalações da Fundação Getulio Vargas, em uma das unidades da FGV na Bela Vista – São Paulo/SP), e no terceiro semestre os professores da FGV ministram suas aulas em ambiente virtual.

A FGV utiliza desde 2016, para as aulas em ambiente virtual, uma plataforma largamente utilizada em âmbito corporativo e acadêmico em diversos países, capaz de oferecer uma experiência de ensino dinâmica mesmo sem a proximidade física entre docente e turma. A plataforma traz ferramentas modernas de

colaboração como salas simultâneas para aplicação de dinâmicas, enquetes, compartilhamento de conteúdo em tela, entre outras funcionalidades que, além de humanizarem a comunicação em um ambiente virtual, permitem aos(as) docentes o uso de metodologias participativas.



## Disciplinas Obrigatórias

### Responsabilização Civil e Administrativa na Internet (32 horas-aula)

Diante dos desafios existentes na advocacia contemporânea, a presente disciplina objetiva capacitar o(a) aluno(a) a compreender os elementos e as questões essenciais envolvendo a responsabilização de agentes no ambiente virtual, especialmente as consequências nas relações civis e comerciais. Ao final dela pretende-se que o(a) discente tenha condições de identificar elementos básicos de responsabilização no ambiente digital, como agente, dano, nexos de causalidade, principalmente no âmbito da responsabilidade civil.

Temas norteadores das aulas:

- Agentes na Internet: provedores de aplicação, provedores de conexão e suas responsabilidades;
- A relação entre a regulação de proteção de dados e a responsabilidade civil;
- Marco Civil da Internet e seu regime de responsabilização;
- Temas atuais e prática dos tribunais: Remoção de Conteúdo, Aplicação de Termos de Uso, direito ao esquecimento etc.

### Governança da Internet (32 horas-aula)

Essa disciplina tem por objetivo capacitar o(a) aluno(a) a compreender os elementos e as questões essenciais envolvendo aspectos regulatórios no ambiente virtual. Ao final da disciplina pretende-se que o(a) discente tenha condições de articular os impactos regulatórios, as possíveis lacunas e seus efeitos práticos que possam impactar as relações interpessoais.

Temas norteadores das aulas:

- Internet: Elementos fundamentais e regulação, *deep web* e *dark web*;
- Ambiente da Internet: Camadas da Internet (infraestrutura, conexão, aplicação), seus atores, seus deveres e direitos;
- Governança da Internet: Estrutura de governança (multissetorial) da Internet;
- Autorregulação, autorregulamentação, autoregulação regulamentada e regulação da Internet.

### **Direito das Plataformas Digitais (32 horas-aula)**

Essa disciplina tem por objetivo proporcionar a compreensão dos principais aspectos e os desafios do Direito na regulação das plataformas digitais que fazem intermediação de negócios e daquelas estruturadas no âmbito de uma economia colaborativa que tem por base novas formas de trabalho, de contratos e de relações de consumo, bem como o uso de bens e não a sua posse, juntamente com novas formas de financiamento e de propriedade. Ao final da disciplina, almeja-se que o(a) discente tenha condições de articular os conceitos trabalhados em sala de aula com a prática profissional.

Temas norteadores das aulas:

- Plataformas digitais e desafios regulatórios;
- Plataformas digitais de bens: Comércio eletrônico, direito de acesso e questões jurídicas da propriedade;
- Direitos do consumidor e responsabilidade civil das plataformas digitais;
- Contratos e tutela da confiança em transações por meio de plataformas digitais;
- Direito de acesso e novas formas de propriedade em plataformas digitais;
- Regulação do *crowdfunding* e de financiamentos colaborativos;
- Plataformas digitais de financiamento: regulação do *crowdfunding*, financiamentos colaborativos e de investimentos.

### **Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (32 horas-aula)**

O objetivo da disciplina é oferecer uma aproximação do profissional da área jurídica com os principais conceitos e a sistemática da proteção de dados pessoais, contextualizando cada um deles a partir de casos e debates realizados no Brasil e no exterior. A partir do método participativo, espera-se que os(as) alunos(as) sejam capazes de dominar os principais elementos da proteção de dados pessoais e aplicá-los aos casos concretos apresentados nos encontros em sala de aula.

Temas norteadores das aulas:

- Tipos de dados e o conceito de dado pessoal;
- Princípios da proteção de dados pessoais;
- Permissões e exceções para o uso de dados;
- Transferência internacional de dados;
- Responsabilidade jurídica e vazamento de dados;
- Lei de acesso à informação. Possíveis antinomias entre as normas;
- Aprendizado de máquina e decisões automatizadas;
- Direito dos titulares;
- Interoperabilidade e economia aberta (open): compartilhamento de dados entre instituições.

### **Compliance em Proteção de Dados (32 hora-aula)**

Essa disciplina se dedica a discutir a formulação de soluções jurídicas para cenários concretos de tratamento de dados pessoais, exercício de direitos por parte do titular e a criação de respostas à incidentes de segurança no âmbito da LGPD. Para além dos debates sobre possíveis interpretações para temas

controversos presentes na LGPD, a disciplina também se destina a apresentar e discutir algumas técnicas de implementação para profissionais da área.

Temas norteadores das aulas:

- Encarregado e a Construção de uma Estrutura de Governança de Dados Pessoais
- Anonimização, Pseudoanonimização e Desanonimização;
- Bases Legais de Tratamento e Análise de Risco na Proteção de Dados Pessoais;
- Estruturação do Relatório de Impacto à Privacidade;
- Política de Segurança da Informação e Plano de Resposta à Incidentes;
- Explicação, Revisão, Transparência e Tratamento Automatizado de Dados Pessoais;
- Reconhecimento Facial e Dados Biométricos.

### **Estruturação e Financiamento de Negócios Digitais (32 horas-aula)**

O objetivo desta disciplina é capacitar o(a) aluno(a) a identificar e compreender os principais aspectos e particularidades jurídicas envolvidas na concepção, desenvolvimento e financiamento de negócios digitais, assim como a resolver casos concretos, aplicando soluções adequadas e as melhores práticas do mercado.

Temas norteadores das aulas:

- Concepção do negócio e início das atividades: arranjos societários preliminares;
- Formação do time: aspectos trabalhistas e contrato de opção de compra (*Vesting*) para retenção de talentos e colaboradores chaves;
- Aceleração dos negócios: incubadoras, aceleradoras e *Corporate Venture*;
- Financiamento de startups: *Equity crowdfunding*, investimento-anjo, capital semente e capital de risco;
- Investimento-anjo: contrato de mútuo conversível;
- Capital de risco: conceitos iniciais, motivações e principais contratos.

### **Desafios Jurídicos da Inteligência Artificial (32 hora-aula)**

Essa disciplina tem por objetivo capacitar o(a) aluno(a) a lidar com problemas jurídicos decorrentes da adoção cada vez mais ampla e intensiva de inteligência artificial na sociedade. Ao final da disciplina, almeja-se que o(a) discente tenha condições de compreender as diferentes formas por meio da qual soluções de inteligência artificial podem ser empregadas e, a partir dessa noção, aplicar as regulações jurídicas pertinentes.

Temas norteadores das aulas:

- Inteligência artificial: Noções básicas, distinção entre IA forte e IA fraca, conceito e espécies de *machine learning*, conceito de algoritmo;
- Desafios dos algoritmos: Perícia algorítmica, algoritmos e segredo empresarial, discriminação algorítmica;
- Desafios das decisões automatizadas: Responsabilização dos agentes autônomos, perfilização e proteção de dados, transparência e auditabilidade das decisões automatizadas;
- Avaliar a pertinência da adoção dessas ferramentas para sua realidade, identificando processos e práticas passíveis de modificação;
- Compliance da Inteligência Artificial: ferramentas de governança da IA;
- Princípios éticos e jurídicos de desenvolvimento e aplicação de IA; Comitês de Ética e outras estruturas de controle e fiscalização de IA.

### **Direito Penal Digital (32 horas-aula)**

A disciplina tem por objetivo capacitar o(a) aluno(a) a aprimorar conhecimento sobre o Direito Penal, sob o estudo de temas relacionados a crimes que possam ocorrer em ambiente digital - da prevenção até a repressão à prática destes crimes. Sob os conhecimentos adquiridos, visa-se ao desenvolvimento da aptidão do(a) aluno(a) para lidar com demandas jurídico-penais, cotidianas na vida em ambiente digital.

Temas norteadores das aulas:

- Prevenção, segurança privada e medidas de proteção em ambiente digital;
- Crimes em espécie em ambiente digital;
- Persecução penal e tecnologia digital:
  - Investigação criminal;
  - Processo criminal;
  - Prova criminal.
- Novas tendências sobre o avanço da tecnologia digital no Direito Penal.

### **Pensamento Computacional (32 horas-aula)**

O(A) profissional do Direito possui cada vez mais contato com tecnologia em seu dia a dia, seja na sua prática cotidiana, seja por meio de desafios decorrentes da tecnologia que seus clientes enfrentam. Para tanto, é exigido cada vez mais ter um conhecimento sobre a lógica computacional para compreender os desdobramentos da tecnologia aplicada ao Direito. O objetivo da disciplina é oferecer condições básicas para se compreender e dialogar sobre tecnologia e fazer parte do processo de transformação digital no Direito. Este módulo visa a introduzir e desmistificar os conceitos básicos que fundamentam a área da computação para que os(as) discentes possam: (I) desenvolver um olhar crítico sobre tecnologia, em especial, sobre ferramentas tecnológicas; e (II) identificar oportunidades a partir da entrada de tecnologia no Direito.

Temas norteadores das aulas:

- Noções básicas sobre os fundamentos da computação: (I) pensamento algorítmico; (II) decomposição; (III) abstração; e (IV) reconhecimento de padrões;
- Algoritmos: introdução e relevância no âmbito do direito digital;
- Programação explícita x Inteligência Artificial: Desmistificando conceitos. Análise de casos práticos;
- Automação: identificação de processos e/ou atividades que são passíveis de automação. Análise de benefícios e prejuízos;
- Dados e bancos de dados: noções básicas sobre banco de dados. Valor da padronização para finalidade estratégica e visualização de dados;
- Análises de *cases* de implantação de tecnologia em escritórios e empresas;
- *Pitch* de produtos. Desenvolvimento de senso crítico e questionamento de produtos e serviços tecnológicos que estão sendo ofertados no mercado.

### **Desafios sociais da economia digital (32 horas-aula)**

O objetivo da disciplina é apresentar os principais desafios que a economia digital trouxe para a governança social de setores chave da vida em sociedade. A internet e os processos de digitalização são essenciais para a conectividade entre as pessoas, aumentando oportunidades sociais e econômicas. Ao mesmo tempo, trouxeram desafios regulatórios, com impactos de governança em diversos campos, como por exemplo: novas formas de manifestação de violações a direitos humanos, a necessidade de uma infraestrutura física

onerosa ao meio ambiente e o uso excessivo de recursos naturais e uma maior importância ao letramento digital da população. Dessa forma, a disciplina operará por meio de casos e problemas práticos e contemporâneos que abordem tais questões, associando-as, ao final, às possibilidades de diálogo com a agenda ESG – Environment, Social and Governance.

São temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Novas tendências da economia digital: capitalismo digital, *gig economy* e demais definições contemporâneas;
- Violações de direitos na Internet: aspectos éticos e jurídicos do uso da Internet e possíveis respostas regulatórias;
- O mundo do trabalho na economia digital: novas formas de gestão, organização e automação.
- Desafios ambientais da nova infraestrutura digital;
- Letramento digital e abordagem centrada nas pessoas (*human-centric approach*): estratégias focadas nos impactos sociais da economia digital
- Impacto das inovações tecnológicas na agenda ESG: aproximações com a governança social, ambiental e corporativa.

## Disciplinas Optativas (28 horas-aula cada)

Considerando a importância do desenvolvimento de habilidades nos(as) profissionais da área jurídica, o FGV LAW reservou uma parcela da carga horária do curso de pós-graduação para o aperfeiçoamento de competências já presentes no dia a dia da prática jurídica.

Com o propósito de promover maior interdisciplinaridade, instigar o protagonismo do corpo discente e provocar discussões alinhadas às necessidades do mercado de trabalho e da prática jurídica ou negocial, no decorrer do curso, os(as) alunos(as) receberão o leque de disciplinas optativas disponíveis, bem como informações referentes aos critérios de matrícula.

As disciplinas optativas serão compostas por alunos(as) de várias áreas jurídicas o que promoverá, portanto, *networking* diferenciado e espaços múltiplos para reflexões valiosas e conexões significativas.

[Acesse o Programa de Disciplinas Optativas dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu – 1º Semestre de 2024](#)



## ☆☆☆ Avaliação

A média para aprovação em cada uma das disciplinas do curso é de 7 (escala de 0-10) e a aprovação está condicionada à presença mínima em 75% das aulas. Os critérios de avaliação são pormenorizados em cada programa de disciplina e seguem diretrizes estabelecidas pela Escola.

## Corpo Docente

O corpo docente é formado por profissionais altamente qualificados, titulados e com rica experiência no mercado jurídico. O FGV LAW conta com professores(as) inspiradores(as) que aliam experiência acadêmica com atuação profissional especializada, trazendo para a sala de aula a realidade do mercado.

Para conhecer nosso corpo docente [clique aqui](#)

## Investimento

PERÍODO DE MATRÍCULA	NÚMERO DE PARCELAS	VALOR DA PARCELA
06/10/2023 a 31/01/2024	1 (à vista)	R\$ 43.641,33
A partir de 01/02/2024	1 (à vista)	R\$ 48.005,46
06/10/2023 a 31/01/2024	1+17	R\$ 2.743,42
A partir de 01/02/2024	1+17	R\$ 3.017,76
06/10/2023 a 31/01/2024	1+25	R\$ 2.009,30
A partir de 01/02/2024	1+25	R\$ 2.210,24
06/10/2023 a 31/01/2024	1+29	R\$ 1.790,33
A partir de 01/02/2024	1+29	R\$ 1.969,37

- Conforme tabelas, pagamentos da primeira parcela realizados até 31/01/2024 receberão desconto sobre o valor do curso. Não há a possibilidade de prorrogação do desconto após esse período, mesmo que a inscrição tenha sido realizada antes dessa data.
- Em caso de opção pelo pagamento parcelado, as demais parcelas vencerão todo dia 10, sendo que a segunda parcela terá o vencimento para o dia 10 de março de 2024, independentemente da data da matrícula e da forma de pagamento escolhida ao realizar o pagamento da primeira parcela.

## Processo Seletivo

O ingresso é realizado por meio de aprovação no Processo Seletivo, observados os procedimentos, condições, regras e critérios descritos no [Edital](#). O presente Processo Seletivo tem validade para o primeiro semestre letivo de 2024, não havendo reserva de vaga para semestres posterior.

### Período de Inscrições:

De **02/10/2023 a 20/02/2024**

pelo site [fgv.br/direitosp](http://fgv.br/direitosp)

### Importante:

O Processo Seletivo é contínuo. Por essa razão, os cursos poderão ter suas inscrições encerradas antes do período previsto caso sejam preenchidas todas as vagas disponíveis.

**Atenção:** Os(as) interessados(as) deverão realizar sua inscrição, sem qualquer ônus financeiro, exclusivamente pela internet. É obrigatório o preenchimento de todos os campos solicitados na ficha de inscrição e a inserção de arquivo digital com o Curriculum Vitae do candidato. Certifique-se que o currículo anexado esteja atualizado, inclusive com o detalhamento das atividades profissionais desempenhadas. Essas informações serão confrontadas com o público-alvo, os pré-requisitos (quando houver) e os objetivos do curso preterido. Currículos extraídos da plataforma Lattes não serão considerados. Serão avaliados, conjuntamente, (I) a formação acadêmica, (II) a experiência profissional e (III) a correlação entre os objetivos do curso pretendido e a trajetória profissional do(a) candidato(a).

**Seleção dos(as) Candidatos(as):** O processo seletivo está estruturado em uma etapa: (I) Entrevista individual. Para que a entrevista ocorra de forma adequada é imprescindível que o(a) candidato(a) observe a data e o horário previamente informados, além de preencher o formulário que será enviado por e-mail com questões a serem respondidas previamente à entrevista. Não serão atendidos(as) candidatos(as) fora do horário estabelecido. Na impossibilidade de comparecer, o(a) candidato(a) poderá realizar apenas 1 (um) reagendamento e caso não compareça na segunda oportunidade, terá o processo seletivo automaticamente cancelado para o curso pretendido no processo seletivo vigente.



(\*) A aprovação no processo seletivo não garante vaga. A matrícula será confirmada após entrega de todos os documentos solicitados e efetivação do pagamento da primeira parcela do plano de pagamento ou ainda do curso à vista, conforme opção feita pelo(a) candidato(a) no Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, em cumprimento das exigências do edital publicado.

**Resultado:** A divulgação do resultado será feita via comunicação eletrônica (e-mail) em até 10 (dez) dias úteis, contados do dia útil seguinte da realização da inscrição. É responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) manter seus dados de contatos atualizados, acompanhar a divulgação dos resultados, averiguar sua eventual aprovação e conseqüente convocação para a matrícula.

Não haverá divulgação do desempenho dos(as) candidatos(as), nem sua classificação relativa, apenas a informação quanto à aprovação ou não. O resultado no processo seletivo não é passível de recursos.

---

## Mais informações:

Edital do Processo Seletivo 2024/1: [acesse aqui](#)

E-mail: [fgvlaw@fgv.br](mailto:fgvlaw@fgv.br)

Atendimento por videochamada (conforme disponibilidade da equipe): [agende aqui](#)